

O celular como ferramenta para uma aprendizagem significativa dos direitos sociais: um relato de experiência**The use of mobile phone as a tool for meaningful learning of social rights: a narrative of experience**

DOI:10.34117/bjdv5n12-250

Recebimento dos originais: 07/11/2019

Aceitação para publicação: 18/12/2019

Fádia Cristina Monteiro de Oliveira Silva

Especialista em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MINAS.

Escola Estadual Professora Raimunda Virgolino

Endereço: Rua: José Chaves Cohen, 225, Jardim Equatorial, Macapá- AP, Brasil

E-mail: fadia-cris@hotmail.com

Ivana Raliene Paixão de Melo

Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Escola Estadual Professora Raimunda Virgolino

Endereço: Avenida 5,1660, Marabaixo 1, Macapá – AP, Brasil

E-mail: ivanaraliene@hotmail.com

Joaciany do Carmo Nascimento Paixão

Mestra em Ensino de História pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Escola Estadual Professora Raimunda Virgolino

Endereço: Avenida: França, 527, Residencial Jardim Europa, Bairro São José, Macapá – AP, Brasil

E-mail: joaciany@gmail.com

Patrícia Rabelo de Oliveira

Especialista em Tecnologias na Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUCRIO

Escola Estadual Antônio Messias Gonçalves da Silva

Endereço: Rua: Maurício Trindade, 284, Jardim Equatorial, Macapá – AP, Brasil

E-mail: patriciaamapa@hotmail.com

RESUMO

Este artigo sugere como despertar o interesse dos estudantes sobre os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal de 1988 a partir do estudo do gênero textual Lei e do uso do celular. Neste sentido, aborda sobre as práticas do Professor de Língua Portuguesa diante da necessidade de múltiplos letramentos através da aplicação de três propostas: leitura de textos em sala de aula, observação e registros com o uso do celular das problemáticas sociais em seu cotidiano e a relação delas com o gênero textual Lei e, por fim, seleção e exposição fotográfica. Constatou-se que as estratégias metodológicas utilizadas foram importantes para tornar o estudo do referido gênero significativo, e permitiram que os conteúdos trabalhados se tornassem prazerosos e motivadores para uma aprendizagem ativa e efetiva. Sendo assim, o professor deve aperfeiçoar suas práticas em sala

de aula de modo eficiente e colaborativo para a realização de atividades que proporcionem crescimento pessoal, intelectual e social dos estudantes.

Palavras-chave: Múltiplos Letramentos, Professor, Celular, Aprendizagem, Direitos Sociais.

ABSTRACT:

This paper aims at presenting how to arouse students' interest in the social rights provided for article 6 of the Federal Constitution of 1988 for the study of legal texts and the use of mobile phones. In this sense, it discusses the practices of the Portuguese teacher from the need to Multiple Literacy Studies through the application of three different exercises: reading comprehension texts in the classroom, observation and records with the use of mobile phones the social problems in students' daily routine and the relationship with legal text and, finally, selection and photographic exhibition. The use of methodological strategies was important to become the study of legal texts significant and it allowed the content worked could be pleasurable and motivating for active and effective learning. Thus, teachers should improve their classroom practices efficiently and collaboratively for activities that provide students with personal, intellectual and social growth.

Keywords: Multiple Literacy Studies, Teacher, Mobile phone, Learning, Social rights.

1 INTRODUÇÃO

O cenário global vem mostrando sociedades cada vez mais envolvidas com a tecnologia e com os sistemas de comunicação complexos e dinâmicos em que as interações comunicativas ao se utilizarem da língua apropriam-se de elementos da linguagem que demandam uma série de habilidades, o que tem provocado a urgência na mudança de comportamentos e a necessidade de se criar novos paradigmas de ensino diante dessa realidade vigente. O desenvolvimento humano tem demandado a inserção em um novo processo de comunicação, e porque não dizer outras atividades produtivas que se possibilite o desenvolvimento humano (COSCARELLI, 2005).

Diante deste cenário a escola assume papel de grande relevância tendo em vista que no processo de formação dos estudantes atua como mediadora do conhecimento, oportunizando mecanismos e situações que favoreçam o desenvolvimento crítico e consciente dos meios de comunicação, a fim de que possam usá-los de modo benéfico (AMORA, 2008, p. 27). Ou como diz Rojo (2013), que na contemporaneidade o aluno se configure como multicultural, ao estar apto à diversidade produtiva, ao pluralismo cívico e as identidades multifacetadas.

Para Libâneo (1985) a definição de pedagogia progressista já considerava a educação como fator de transformação social e os professores e alunos como agentes ativos dessa transformação. Para que isso ocorra, o espaço escolar deve refletir e tratar criticamente das questões e demandas sociais nos/pelos currículos escolares, qualificando a participação dos alunos em suas práticas, propiciando experiências significativas com produções de diferentes culturas e práticas, procedimentos e gêneros que circulam nos mais variados ambientes (ROJO & JACQUELINE, 2015).

Tendo em vista que dentro da proposta pedagógica e curricular da Língua Portuguesa estuda-se gêneros textuais é que se propôs trabalhar os direitos sociais disposto no art. 6º da Constituição Federal de 1988 em que trata do direito “à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, a proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados”.

Entendendo que o profissional da educação deva atuar de forma que o estudante tenha uma dimensão de preparação para as atividades sociais das quais necessite participar, sentindo-se como parte da sociedade e como ser social (RIBEIRO, 2005), é que o presente trabalho teve como objetivo despertar o interesse dos estudantes em conhecer e debater acerca de temas relativos aos direitos sociais, a partir de uma dinâmica pedagógica em sala de aula em que se trabalhou o gênero textual Lei, de modo que gerasse uma mudança de pensamento e o interesse em atuar nas atividades sociais as quais fazer parte de suas práticas sociais.

Segundo Marcuschi, acerca do ponto de vista funcional, os gêneros textuais mostram o funcionamento da sociedade uma vez que é impossível não se comunicar verbalmente, por algum texto uma vez que toda a manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero (2008). Assim, o gênero textual Lei está inserido no rol de gêneros textuais prescritivos os quais são textos cuja finalidade é a instrução do leitor e não só fornecem uma informação, mas também incitam à ação, guiando a uma conduta.

Diante do contexto social vigente e das demandas do fazer do professor apto a atuar com as novas tecnologias na escola, viu-se a importância de se propor atividades em que os estudantes ao receber as informações teóricas, de âmbito social pudessem se apropriar do conhecimento, e que construíssem entendimentos que aplicassem na prática as definições apreendidas é que foi proposto que fizessem registros de situações do cotidiano com uso de seus celulares, tendo em vista a facilidade de manuseio destes aparelhos bem como a interação constante dos estudantes com esta ferramenta não só em seu dia a dia mas até mesmo em sala de aula.

2. O CELULAR: DO MUNDO PARA A ESCOLA

Desde sua criação pela empresa sueca Ericsson, em 1956 (Ericsson MTA – *Mobile Telephony A*) os aparelhos celulares passaram a ter diversas funções, de modo que seus recursos, capacidades e possibilidades foram sendo ampliadas a cada ano e empregadas nas mais variadas atividades cotidianas. A partir da década de 1980 a implantação do modelo AMPS (*Advanced Mobile Phone System*) e análise de sistemas de tecnologia celular, em todos os países do continente americano, gerou um salto acerca dos novos modelos com mais recursos e atrativos como a conectividade com a internet (MERIJE, 2012, p. 24-27).

Estas mudanças e inovações evidenciaram uma sociedade envolta de variadas tecnologias e aparatos tecnológicos de comunicação não sendo possível, portanto, ignorar tal realidade ou se pensar em tirar do cotidiano das pessoas essa ferramenta, a este respeito Merije diz que,

Conectadas a todo momento e em qualquer lugar, as pessoas podem se comunicar e cooperar de novas maneiras. Hoje, em qualquer canto do mundo, os serviços de dados para dispositivos móveis tornaram-se uma plataforma importante, não apenas para receber ou enviar conteúdos em áudio e vídeo, mas sobretudo para a interação de grupos. (Merije, 2012, p. 34)

Neste contexto, as Leis de Diretrizes e Bases para o Ensino Nacional (LDBEN) trouxeram o entendimento de que o currículo do Ensino Médio deveria destacar a educação tecnológica básica, de modo que o conhecimento teórico oriundo dos eventos sociais e culturais ocorridos fizessem sentido como um processo de transformação da sociedade e da cultura, pois o acesso ao conhecimento possibilitaria a reflexão e o exercício da cidadania (LDBEN, 1996).

Assim, tendo essas diretrizes curriculares o papel de orientar o planejamento e a prática do profissional da educação de modo que o desenvolvimento do currículo não fosse algo estanque ou sem um sentido significativo (COSCARELLI, 2005) é que os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio reforçam que dentre as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, eles sejam capazes de “aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida”, sendo necessário que o professor atue em suas práticas pedagógicas pensando e buscando desenvolver essas habilidades nos educandos (PCNEM, 2018).

Neste cenário, a escola tem papel de extrema importância, pois como mediadora do conhecimento, precisa, através daqueles que fazem parte do ambiente escolar, atuar revertendo as situações que surjam, pois entendendo como funciona a tecnologia e mecanismos desta, se faça uma relação entre teoria às suas práticas, onde ocorra o conhecimento apreendido nas aulas e a construção

do saber para uma formação cidadã, possibilitando o desenvolvimento das capacidades individuais dos estudantes na perspectiva do interacionismo social (ABREU, 2005).

Com a diversidade das tecnologias da informação e comunicação, novos gêneros textuais surgiram, já da intensidade dos usos e as interferências nas atividades comunicativas sociais, gerou-se uma multiplicidade de linguagens presentes nas sociedades em geral o que demanda habilidades múltiplas e múltiplos letramentos. Diante disso, vê-se a importância do trabalho com os gêneros textuais como produção de atividades interativas de modo a fazer com que os textos propostos e analisados nas aulas tenham sentido significativo para os estudantes (Rojo, 2009).

Diante dessas mudanças, o ensino de Língua Portuguesa precisou (e ainda precisa) adequar-se, assumindo um viés de várias possibilidades e de interrelações entre as práticas sociais do mundo contemporâneo aos objetos de ensino da vida escolar, refletindo os comportamentos com o uso das tecnologias móveis, não só em ambiente escolar.

Nessa esteira, o uso do celular em sala de aula pode ser empregado como ferramenta para um ensino dinâmico, criativo e interessante aos olhos e anseios dos jovens que tanto usam e vivem continuamente com essa tecnologia móvel e não consideram este aparelho como vilão, mas como uma ferramenta que permite múltiplas possibilidades tendo em vista os diversos recursos disponíveis nele, tais como câmeras fotográficas com flash, leitura de textos (e-book), assistir vídeos/filmes/séries, ouvir músicas, edição/criação de vídeos, recebimento e envio de arquivos, e-mails e mensagens de textos, bem como a conversa instantânea, dentre outros (RIBEIRO, 2005).

Partindo dessa realidade é que se propôs atividades em que se relacionasse o estudo de gêneros textuais e os temas sociais debatidos em sala com atividades práticas, em que se aplicasse o assunto estudado, para tanto é que após os debates foi solicitado aos alunos que registrassem com o uso de seus celulares situações de descaso e desamparo dos direitos sociais.

3. ATIVIDADE PRÁTICA

A atividade deu-se a partir do recorte de um projeto realizado na disciplina Eletiva¹ denominada: Curta um minuto RV: A Cidadania em Foco, o qual contou com a participação de 35

¹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 26, propõe ao currículo uma Parte Diversificada que fornece diretrizes para a concepção das Disciplinas Eletivas no Ensino Integral. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (1999) estabelecem para a escola, em cumprimento ao seu papel primordial, pensar num currículo como instrumentação da cidadania democrática, contemplando conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano em três domínios: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, sustentados por diretrizes gerais orientadoras pelos quatro pilares da educação da UNESCO, Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser.

As Disciplinas Eletivas são um dos componentes da Parte Diversificada e, devem promover o enriquecimento, a ampliação e a diversificação de conteúdos, temas ou áreas do Núcleo Comum. Considera a interdisciplinaridade enquanto eixo metodológico para buscar a relação entre os temas explorados, respeitando as especificidades das distintas áreas de conhecimento.

alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, de uma Escola Estadual Pública de Ensino durante o segundo semestre de 2018. A referida escola desenvolve suas atividades em tempo integral, na cidade de Macapá, no Estado do Amapá.

Tendo sido realizado de forma transdisciplinar o projeto: Curta Um Minuto RV: A Cidadania em Foco, inicialmente envolveu professores das disciplinas de História, Língua Portuguesa e Língua Inglesa e teve como objetivo estimular a consciência crítica dos estudantes acerca das questões sociais percebidas em seu cotidiano.

Assim, a partir da previsão em Língua Portuguesa, do estudo de gêneros textuais, pois este faz parte do componente curricular de Linguagem e Códigos, é que se trabalhou o gênero textual Lei, com a leitura e estudo do artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos sociais.

As discussões iniciais se deram com a sugestão de algumas temáticas de cunho social a partir do tema gerador: Cidadania, a partir daí foi apresentado o gênero textual, texto de Lei, onde se conceituou e analisou não só a estrutura, formato e intenção de uma Lei, enquanto norma, mas se explicou sobre os direitos sociais previstos no art. 6º da CF/1988.

Posteriormente, foi feita a demonstração de algumas situações do cotidiano através de imagens da internet de onde surgiram indagações e interações, em que os estudantes pudessem identificar quais os direitos que percebiam em cada contexto. Nesse momento surgiram alguns debates e relatos acerca do que já haviam visto ou vivido, onde em suas falas demonstraram que as disposições legais previstas no artigo 6º muitas vezes não ocorreram, e que, portanto, percebiam que não se confirmava a garantia desses direitos. O que de certa forma gerou o sentimento de angústia e revolta por saber que seus direitos muitas vezes foram usurpados e/ou negligenciados pelo Estado.

Diante desta angústia, foi apresentado aos estudantes a possibilidade de se manifestar como uma forma de denúncia aos descasos, sendo proposto que registrassem com seus celulares as situações cotidianas que demonstrassem a violação ou não cumprimento dos direitos sociais para que posteriormente pudessem mostrar a toda a comunidade escolar e civil o que eles perceberam.

Dentro do currículo do Ensino Integral as disciplinas eletivas ocupam um lugar central no que tange à diversificação das experiências escolares, oferecendo um espaço privilegiado para a experimentação, a interdisciplinaridade e o aprofundamento dos estudos (Diretrizes do Ensino Integral).

Imagem 1 e 2: algumas fotos

Dentre os muitos registros foram selecionadas as 20 melhores fotos que os estudantes captaram, para posterior organização em painéis, conforme os temas previstos no art. 6º da Constituição Federal de 1988.

3.2 AS EXPOSIÇÕES

Para a realização das exposições foi solicitado parceria de algumas instituições para que cedessem um espaço no qual fosse possível expor os trabalhos dos estudantes, tendo se disponibilizado a Secretaria de Educação do Estado e o SESC - Amapá. A primeira exposição ocorreu no hall de entrada da Secretaria de Educação do estado, na semana do dia 03 a 07/12/2018, pensou-se em outros espaços da sociedade que não a escola, uma vez que neste último já sentem um certo conforto em apresentar seus trabalhos pois é um ambiente do qual já estão acostumados.

Imagem 3: seleção das fotos**Imagem 4: estudantes organizando painéis**

Aos estudantes foi solicitado que organizassem os materiais fotográficos selecionados. Tendo sido feito o convite para toda a comunidade civil em Rádio da cidade.

Imagem 5 e 6: Falando sobre os registros fotográficos

Com a intenção de interagir e divulgar as capturas fotográficas realizadas pelos estudantes, no momento da exposição eles puderam expressar suas impressões, opiniões e perspectivas enquanto cidadãos a cada indagação e interação com as pessoas que circulavam, bem como com os funcionários daquele espaço.

Imagem 7 e 8: reportagem sobre exposição

 **diariodoamapa**



7 curtidas

diariodoamapa Estudantes debatem direitos sociais básicos por meio de exposição fotográfica

Fotos registradas por estudantes mostram negligência de vários direitos básicos no dia a dia amapaense. Trabalho é desenvolvido em disciplina eletiva na Escola.

Após a primeira exposição, foram organizadas as legendas as quais identificassem autor da fotografia e as respectivas obras e palavras chave relacionadas às questões sociais para a exposição que ocorreria na galeria do Sesc Amapá.

Para este evento foi feito o convite para toda a comunidade via redes sociais para prestigiarem a exposição realizada pelos alunos da referida escola. E, no dia 12/12/2018, ocorreu a 1ª Exposição Fotográfica RV: **Um olhar sobre os direitos sociais**, no SESC Amapá.

Imagem 9: *Convite da Exposição*



Os estudantes se mostraram bastante empolgados com a ideia de seus trabalhos serem expostos em uma galeria e de seus trabalhos estarem sob os olhares de diversas pessoas da comunidade, perceberam a importância em saber seus direitos, em construir e expor uma opinião de forma fundamentada de modo a se manifestar sobre as questões sociais.

Imagem 10 e 11: *Organizando a exposição*

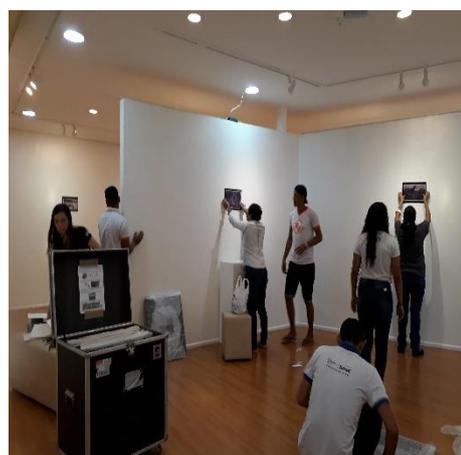
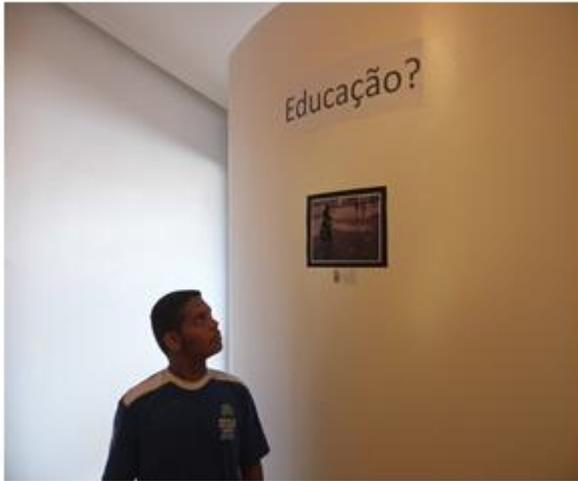


Imagem 12 e 13: autor e obra

Como último desdobramento das atividades realizadas com os estudantes foi realizado momento de indagações sobre suas opiniões e impressões acerca das atividades, o estudo de forma diversificada do Gênero Textual Lei, bem como a relação entre o conteúdo trabalhado e a atividade prática de registro das situações-problemas, a temática para debate e para coleta de imagens com o uso de seus aparelhos celulares, o uso do aparelho celular em atividades de aprendizagem em sala de aula, o que aprenderam, qual a importância desse trabalho para suas vidas. A partir dos comentários feitos pelos alunos foi possível analisar suas impressões acerca dos temas sociais apresentados.

4 CONCLUSÕES

A partir das informações e comentários dos estudantes percebeu-se que as questões sociais apresentadas a partir do gênero textual Lei foi significativo e importante em suas vidas uma vez que disseram ter aprendido e compreendido as situações que os cercavam.

Merije (2012, p. 8) afirma que “a educação, obrigatoriamente, deve acompanhar essas transformações não só das tecnologias, mas da sociedade, ou então se distanciará cada vez mais do mundo real”. Para tanto é extremamente importante que os educadores aprendam, busquem conhecer mais a respeito das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC’s) e aprimorem suas práticas a fim de corroborar “para uma educação emancipadora, agregando qualidade aos conteúdos curriculares e à formação ética e cidadã do educando”.

Constata-se com isso que o profissional da educação, aqui tratando especificamente dos professores de Língua Portuguesa, uma vez que a variedade de linguagens e ferramentas tecnológicas perpassam por todas as práticas sociais e por isso precisam estar a par das mudanças sociais com o advento da tecnologia e da presença dos celulares na sala de aula, devendo buscar pelo conhecimento das tecnologias digitais e das possibilidades dessas ferramentas a fim de possibilitar um ensino dos gêneros textuais com práticas educacionais dinâmicas e efetivas.

Pode-se afirmar que a prática pedagógica utilizando o celular como uma ferramenta para uma aprendizagem significativa é extremamente válida quando o professor enquanto mediador do conhecimento, ou facilitador no processo de desenvolvimento cognitivo do estudante possibilita uma gama de oportunidades com algo que é comum na vida e no cotidiano deles - o celular- potencializando o ensino-aprendizagem de forma interessante, criativa e atual, possibilitando múltiplos letramentos para o desenvolvimento, saindo dos moldes do ensino tradicional que muitas vezes dispersa e não desperta o interesse dos estudantes.

O estudo do gênero textual – texto de Lei tornou-se significativo e saiu da esfera abstrata para o entendimento e aprendizado significativo. A partir da exposição fotográfica os estudantes perceberam as possibilidades de uso do celular como uma ferramenta de produção e busca do conhecimento com qualidade para seu crescimento pessoal, intelectual e social, sendo que as estratégias metodológicas utilizadas foram extremamente importantes pois permitiu uma maior organização de suas atividades, onde os conteúdos trabalhados e disciplinas ministradas, se tornaram prazerosas e motivadoras para uma aprendizagem ativa e efetiva.

A exposição dos registros fotográficos dos estudantes, causou em muitos telespectadores o impacto de ver aquelas imagens relativas a questões tão importantes em nossa sociedade que muitas vezes são vistas mas ignoradas, o orgulho de alguns pais em verem os trabalhos de seus filhos em uma produção de qualidade e com um sentido social, da alegria em ver os estudantes falando a respeito das questões percebidas nas imagens, bem como em suas posturas em afirmar o desejo de mudanças, em buscar por seus direitos, em reivindicar o que está previsto na lei.

Percebeu-se que a partir do momento que os estudantes se apropriavam dos conceitos e do entendimento do texto da Lei, disposto no art. 6º da CF/1988 estes se expressavam com maior segurança, de modo que manifestavam seus pensamentos e opiniões com maior autonomia.

Portanto, a partir dos dados coletados foi possível constatar que o uso do aparelho celular não atrapalha o desenvolvimento das atividades, nem prejudica a execução das mesmas, sendo necessário para isso o aperfeiçoamento do profissional em suas práticas em sala de aula saindo da zona de conforto de aulas estáticas e a contínua orientação aos estudantes acerca de como potencializar o uso

do celular como uma ferramenta tecnológica de modo eficiente e colaborativo para a realização de atividades em contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lília Santos. **O chat educacional: o professor diante desse gênero emergente.** In DIONÍSIO, Ângela Paiva (*et al*). Gêneros textuais e Ensino. 4 ed. Rio de Janeiro. Lucerna, 2005.

AMORA, Dimmi. **Professor, você está preparado para ser dono de um meio de comunicação de massa** In. FREIRE, Wendel. Tecnologia e educação: as mídias na prática docente. Rio de Janeiro. Wark Ed. 2008.

Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica – Brasília: MEC/SEB/DICEI, 1996.

Brasil. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio** / Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Brasília: MEC/SEMT, 2018.

COSCARELLI, Carla Viana. Alfabetização e Letramento Digital. In. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas.** Belo Horizonte: Ceale; autêntica, 2005.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da Escola Pública: a Pedagogia crítico social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1985.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo. Parábola Editorial, 2008.

MERIJE, Wagner. **Mobimento: educação e comunicação mobilem.** São Paulo: Peirópolis, 2012.

NETO, Adolfo Tanzi. (*et. al*). **Escola Conectada: os multiletramentos e as TIC's.** ROJO, Roxane (org.) 1 ed. São Paulo, Parábola, 2013.

PERRENOUD, Phillippe. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chottoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

RIBEIRO, Otacílio José. Educação e novas tecnologias: um olhar para além da técnica. In. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Ceale; autêntica, 2005.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo. Parábola Editorial, 2009.

ROJO, Roxane Helena R. BARBOSA, P. Jacqueline. **Hipermodernidade multiletramentos e gêneros discursivos**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.